

Para que CIEPs e CIACs?

(Publicado em “O Globo” de 1º de março de 1992)

Sergio Costa Ribeiro
Laboratório Nacional de Computação Científica
fevereiro de 1992

O ensino básico no Brasil sempre foi descrito como um desastre nacional desde suas origens históricas. No entanto, alguns indicadores mostram que houve progresso nas últimas décadas no tocante ao aumento da cobertura do acesso à escola pela população. Na década de 1930 apenas 60% das crianças brasileiras tinham acesso à escola primária, hoje 95% delas se matriculam na 1ª série do 1º Grau e 69% o fazem com 7 anos ou menos de idade. Dos que ingressam com atraso, cerca da metade está cursando ainda a pré-escola. Dos 5% que nunca irão à escola 80% se encontram na região rural miserável do Nordeste, onde a educação ainda não é a primeira prioridade e sim a sede e a fome. A falta de escolas deixou de ser um problema nacional para ser um problema de uma região do Nordeste.

Mesmo assim, se somarmos o número de matrículas de 1º Grau no Brasil hoje vemos que excede a população de 7 a 14 anos. Calculando a média de anos frequentados, pela população na escola regular de 1º Grau, vemos que é de 8,6 anos, isto mostra que se dependesse da vontade das famílias e de seus filhos dos 95% que têm acesso à escola todos poderiam terminar o 1º Grau.

A partir daí é que os indicadores começam a mostrar os reais problemas do nosso sistema educacional. A taxa de repetência dos alunos na 1ª série é hoje de 50%. Na década de 1930 era de 60%, portanto este não é um problema novo. A prevalência desse indicador mostra que os avanços observados na universalização do acesso à educação básica não foram acompanhados de uma política que procurasse mudar a cultura pedagógica da escola, sua qualidade, sua função numa sociedade moderna e sua eficiência interna. Hoje, em média, cada aluno que se forma no 1º Grau contabiliza quase quatro repetências na sua vida escolar, estas repetências não representam necessariamente reprovações, parte destas repetências são induzidas pela escola com argumentos de que é melhor que o aluno não faça as provas finais porque seus professores já decidiram que ele será reprovado. Uma forma perversa de dizer que o fracasso do aluno é culpa dele, de seus pais, da cor de sua pele ou do nível sócio-econômico de sua família. E isto não é tudo, na 1ª série, para as populações de baixa renda, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, subdivide-se esta série em A, B, C, etc., de tal forma que o aluno passa da A para a B mas continua na 1ª série por vários anos consecutivos na ilusão de que está progredindo em seus estudos. Este fenômeno corresponde a 10% da repetência nessa série no Brasil. Dos alunos hoje matriculados na 1ª série apenas 2% completarão as oito séries do 1º Grau sem nenhuma nova repetência. Como conseqüência dessa extraordinária “viscosidade” de nosso sistema regular de ensino apenas 44% de cada geração consegue terminar o 1º Grau e mesmo assim, entre 15% e 20% deles, através de cursos ou exames supletivos. O restante fica pelo caminho após permanecerem, em média, quase 7 anos frequentando a escola regular. Esta situação faz com que sejam precisos mais de 20 alunos-ano de instrução para formar cada aluno no 1º Grau, quando, se a eficiência fosse ideal precisaríamos apenas de 8 alunos-ano. Esses 12 alunos-ano em excesso constitui-se num desperdício inaceitável.

Estes indicadores são obtidos através do próprio Censo Educacional do MEC ou pelos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) do IBGE, quando analisados de forma correta.

Vemos que não é o número de vagas nas escolas que nos deixa de calças curtas diante do desafio que a modernidade exige no campo educacional, uma universalização competente da educação básica de toda a população. O problema está dentro da escola que temos hoje.

Diante deste quadro e da crise econômica porque passamos a pergunta é o que priorizar?

Não precisamos de grandes análises para perceber que o problema está na qualidade da vaga ocupada pelos alunos e não na falta delas. Por sua vez a qualidade desta vaga pode ter várias dimensões interligadas mas mesmo assim podem ser priorizadas. Me parece que o professor é a dimensão mais importante, não só na sua qualificação mas no seu compromisso com o aprendizado e a promoção de seus alunos, é preciso convencê-los que são responsáveis por essa “pedagogia da repetência” que aí está há tantas décadas. Para isto é preciso fornecer elementos à sociedade para que ela possa cobrar da escola a qualidade da instrução recebida pela população. Isto é, implantar um sistema de avaliação de desempenho dos alunos de todas as escolas, difundir os resultados e dar autonomia as escolas para que possam organizar sua gestão de modo a melhorar o ensino e o desempenho de seus alunos e rever seus critérios de promoção. Tudo isto só terá sucesso se novos consensos, baseados em indicadores corretos, forem difundidos pelo poder público. O “erro” histórico que esconde as altas taxas de repetência, em suas diversas formas, e superestimam a evasão precoce precisa ser corrigido oficialmente.

Neste contexto não consigo ver, do ponto de vista educacional, para que servem CIEPs e CIACs. No caso dos CIEPs já se pode observar que as classes da 5ª série em diante estão vazias, também pudera, com as fantásticas taxas de repetência nas primeiras séries os alunos chegam a esta série com idade “avançada” onde a necessidade de trabalhar para contribuir no orçamento familiar não permite freqüência integral à escola. Estes alunos não se evadem do sistema escolar apenas da escola de tempo integral.

A componente assistencialista desse tipo de escola, por outro lado, desqualifica a família, menospreza a função educacional dos pais e cria um ambiente completamente artificial para as crianças. Melhor seria lutar por melhores empregos e salários para esses pais.

Mas estas são políticas de longo prazo que necessitam da vontade obstinada de toda a população e não só da determinação de alguns políticos bem intencionados. Precisamos nos convencer de que países que tinham um perfil educacional semelhante ao nosso, há 40 anos atrás, conseguiram romper a barreira do subdesenvolvimento e se tornaram potências econômicas importantes no mundo de hoje só após instruírem de forma competente toda a sua população jovem, e isto não foi atingido contruindo grandes prédios, nem alienando os pais, nem com assistencialismos. Foi, isto sim, obra da vontade política consensual de seus povos e de seus dirigentes.